

Corpo em Cena: As narrativas dissidentes da rua e suas visibilidades possíveis

Corpo em Cena: Las narrativas disidentes de la calle y sus posibles visibilidades

Sessão Temática: ST05. Lutas urbanas e práticas insurgentes

FERNANDES, Gabriel; Doutorando; UFRGS

arq.gabrielfer@gmail.com

mueller, Andressa; Mestranda; UFRGS

dessa.mueller@gmail.com

Caron, Daniele; Doutora; UFRGS

daniele.caron@ufrgs.br

REYES, Paulo; Doutor; UFRGS

paulobeloreyes@gmail.com

Resumo

O presente ensaio reflete sobre como as narrativas da rua em sua cotidianidade, são capazes de convocar um conteúdo crítico sobre as práticas epistêmicas do fazer urbano, deslocando os estigmas depositados em determinados corpos para apreender essas experiências enquanto conhecimento corporificado da cidade. Para isto, partiu-se de uma narrativa sobre uma cena inusitada: a cama de uma pessoa em situação de rua em frente a um registro de imóveis, para refletir criticamente sobre as imagens por uma abordagem dialética entre a experiência vivida e o pensamento urbanístico. Na problematização da cena, articulou-se o conceito de performance enquanto agir político do corpo através do se fazer visível e das narrativas dissidentes que surgem através dessa visibilidade. Por fim, acredita-se que ao inserir-se as metodologias narrativas na discussão do urbano, é possível abrir espaço para novos pensamentos, que superem os preconceitos e hostilidade tradicionalmente instrumentalizados pelo planejamento urbano hegemônico.

Palavras-chave (3 palavras): cidade, cena, narrativa.

Abstract

This essay reflects how the street narratives in their daily lives can summon a critical content about the epistemic practices of urban making, displacing the stigmas deposited in certain bodies to apprehend these experiences as an embodied knowledge of the city. For this, we started with a narrative about an unusual scene: the bed of a homeless person in front of a property registry, to critically reflect on the images through a dialectical approach between lived experience and urban thinking. In the problematization of the scene, the concept of performance was articulated as a political act of the body through making itself visible and the dissident narratives that arise through this visibility. Finally, it is believed that by inserting narrative methodologies in the discussion of the urban, it is possible to open space for new thoughts, which overcome the prejudices and hostility traditionally instrumentalized by hegemonic urban planning.

Keywords: city, scene, narrative.

1. Introdução

A conjuntura sociopolítica atual nos exige explorar modos de entender a cidade que estejam abertos aos conflitos ético-políticos da realidade urbana e que se abram à existência do outro. Para pensar a cidade e seus processos constitutivos, é necessário assumir os aspectos narrativos que a constroem como um emaranhado de histórias, experiências e existências. No entanto, se a forma urbana nos apresenta algumas existências em detrimento de outras, significa que as cidades obedecem a um tipo de configuração de contornos excludentes (REYES; CARON; CIDADE; 2020). Pensar cidades na contemporaneidade, portanto, requer o reconhecimento dessas questões, não apenas em seus contextos diversos, mas como pressupostos a orientar o pensamento sobre o urbano e sua complexidade (CARON et al., 2020).

As cidades são reflexo dos valores dominantes de nossa sociedade. Elas nos apresentam a possibilidade de visualização de uma estrutura econômica que tem como norma a produção material, entendida como a única possibilidade de prosperidade, e onde os corpos divergentes dessa norma são consumidos pela mesma, através de processos de racialização, sexualização, comercialização, exclusão, invisibilização e estigmatização (CARON et al., 2020).

O estigma é uma situação atribuída a um indivíduo a partir de algo vinculado à sua identidade que potencialmente o desqualifica e o impede de ser aceito de maneira plena pela sociedade. São pessoas engajadas numa espécie de negação da ordem social, que a partir das interações nas quais se engajam e no decurso de suas ações, podem assumir um comportamento desviante ou serem percebidos através de qualidades estigmatizantes que lhes são atribuídas. Estes indivíduos muitas vezes acabam por separar-se da cidade “normal”, na perspectiva de criar vínculos com outros indivíduos em situações similares, de maneira

que possam coletivamente moldar suas “desvantagens” em uma base de organização para a vida, resignando-se a habitar as margens das cidades. (RAMOS, 2015).

Estes grupos menos reconhecidos são marginais nas hierarquias sociais ou considerados mais vulneráveis. Contudo, eles constituem, na realidade, a maioria da população urbana: corpos de diferentes gêneros, sexualidades, raças, culturas, idades. Uma maioria numérica empobrecida, à margem dos planos e projetos de cidade e que são enquadrados pelo planejamento em posição de subalternidade. São corpos desterritorializados, desconstituídos de direitos, invisibilizados e que são tratados pelo modelo de planejamento neoliberal como “massa de sobrantes”. Mas, quando optamos por outras perspectivas possíveis para a realidade urbana, colocamos em questão essa naturalização de cidade, onde certos grupos são deixados às margens ou são eliminados, e onde o planejamento urbano é utilizado como ferramenta de exclusão e extermínio para a vantagem econômica de outros (CARON et al., 2020).

Essa cidade marginal foi historicamente perseguida pelo planejamento urbano oficial através de intervenções promovidas pelo Estado com o objetivo de higienizar e moralizar as áreas urbanas estigmatizadas. Intervenções estas, que se estendem e se mesclam a discriminações de classe, de gênero, de sexualidade, de etnia e de cor, sob a justificativa de controle desses elementos da sociedade, classificados como pertencentes de uma “classe perigosa” (RAMOS, 2015, p.176). A experiência da segregação promovida por essas intervenções urbanas possui o claro objetivo de revalorização econômica, imobiliária e simbólica dessas áreas urbanas, “marketizadas” por nomes como “renovação urbana”, “requalificação” ou “revitalização”, mas que para sua efetivação é necessário, entre outras ações, expulsar toda uma população de corpos estigmatizados e marginalizados, que de outra forma dificultariam essa retomada de valor (RAMOS, 2015, p.178). Desta maneira, a cidade se constitui palco para as violências contra as minorias sociais e na mitigação das subjetividades, onde a sustentação do discurso hegemônico apresenta como resultado imediato a invisibilidade de segmentos já opacos (JUNIOR, 2017). Assim, abordar o urbano a partir da memória dessa coletividade marginalizada, é dar visibilidade às experiências subjetivas da multiplicidade de olhares e vozes que fundam as histórias da cidade.

A partir do entendimento da narrativa como perspectiva epistemológica que supõe experiência compartilhada, é possível pensar a cidade através do agenciamento dessas vozes dissonantes que constituem o urbano como disputa (REYES; CARON; CIDADE; 2020). Para tanto, é necessário que possamos encarar as problemáticas contemporâneas urbanas através de abordagens mais subjetivas da cidade, entendendo-a como obra, perpassada por noções, experiências e memórias coletivas. Mais ainda, é necessário pensar a cidade com o outro, sobretudo com o outro permanentemente desterritorializado e destituído do direito à existência, dos corpos que não se encaixam nas regras e que não possuem o mesmo tipo de acesso aos diferentes tipos de capital. É preciso ouvir e respeitar a emergência de suas necessidades e de suas reivindicações, superando as hostilidades, combatendo atravessamentos opressores e excludentes.

Deste modo, este texto tem a intenção de olhar para as tangências entre narrativa e urbanidade, buscando aproximar as problemáticas urbanas à experiência do corpo na cidade. Para tanto aborda a dimensão ética e política envolvida no fazer urbano frente à visibilidade e à memória das narrativas contra-hegemônicas a partir de uma cena urbana registrada no centro de Pelotas-RS no ano de 2021. As imagens desta cena foram capturadas numa deriva enquanto prática de reconhecimento sensível da cidade, estudada pelas afecções do corpo frente aos sentidos e aos pensamentos possíveis que, por vezes, escapam aos bons olhos do saber tradicional urbano.

2. DIANTE DO REGISTRO

Para refletir a narrativa da rua volta-se o olhar para uma fotografia capturada durante uma caminhada no início da Pandemia da COVID 19, em 2021. A leitura do livro de Ester Gutierrez (1999) “Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)” é que instiga o deslocamento da Praça José Bonifácio até a Praça Coronel Pedro Osório, pensando na fundação histórica da cidade, seus espaços públicos e sua atual forma urbana. A ideia era partir da Praça da Matriz da cidade e ir até o Chafariz Fonte das Nereidas, situado no centro da praça Coronel Pedro Osório, onde antes fora erguido uma Pelourinho¹. A remoção fez parte do processo de embelezamento urbano, a desejada modernização da cidade para a implementação do sistema de abastecimento de água. Uma mudança estética, em que o espaço público não serviria mais para realização dos espetáculos da punição em público. Em uma Pelotas onde os valores culturais se pretendiam próximos aos ideais republicanos europeus não caberia mais a demonstração do poder e do castigo de um país escravocrata, sua representação deveria se aproximar da imagem das grandes cidades europeias.

No meio do percurso uma cena inusitada interrompeu a deambulação e suspendeu as inquietações iniciais que motivaram o deslocamento. Uma pessoa em situação de rua pusera sua cama em frente ao registro de imóveis, ficando próxima à fila que se formava para entrar no estabelecimento, como se de alguma forma, ele se inscrevesse para registrar seu espaço na cidade. Neste momento, a narrativa histórica da formação da cidade era interrompida por uma vontade de olhar as práticas cotidianas, por querer ver o estranhamente familiar, assim como Michel de Certeau (1996, p.175), se observa os “procedimentos teimosos que escapam à disciplina”.

¹ Destaco um pequeno trecho do livro a Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888) onde a autora relata este momento.

“Escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível. [...] Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações”(“maneiras de fazer”), a ‘uma outra espacialidade’ (uma experiência ‘antropológica’, poética e mítica do espaço) e a uma modalidade opaca cega da cidade habitada. Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se no texto claro da cidade planejada e visível.” (CERTEAU, 1996, p.172)

Figura 1: Fotografia do 2º Registro de imóveis de Pelotas.



Fonte: Fotografia digital, Gabriel Fernandes, Pelotas, 2021.

Dos elementos que compõem a cena, (ver figura 02) é possível destacar ao fundo um Cartório de Registro de Imóveis, a fila de pessoas (que aguardavam na calçada para entrar no estabelecimento), o parquímetro urbano (do sistema de estacionamento rotativo do centro de Pelotas), a faixa de pedestres e a cama de casal. A fotografia não é nada mais que um registro de uma cena comum no cotidiano das cidades brasileiras. Estariam as questões do direito à cidade e da desigualdade social aparecendo como imagens já gastas no imaginário urbano. Mas ao furar a representação que se elabora deste espaço urbano, evita-se adotar a lógica do sujeito que lê o mundo e consegue determinar verdades, e adota-se a noção de adiamento e deixar que outros sentidos que não estão no visível da fotografia apareçam.

3. A CENA URBANA

A atenção a narratividade presente nessa imagem se aproxima daquilo que Didi-Huberman comenta a partir da obra de Benjamin: que as sondagens transversais que fazemos a partir de uma imagem habitam um processo público, como “figuras dialéticas da experimentação do processo” (2017, p. 82). Ao retratar esta situação comum e dar atenção à dimensão estético-política, destaca-se que nela existiu o ato de se fazer ver de um sujeito excluído, de modo análogo às obras artísticas do realismo. Nele os artistas registram um momento qualquer da cena cotidiana e, com isto, criam ficção contra a própria ficção, onde qualquer um pode contar uma história (registrar sua vida) e, assim, se deixa de registrar apenas os grandes momentos e grandes fatos históricos (RANCIÈRE, 2019). A pessoa em situação de rua não teria voz para discutir a desigualdade perante os outros sujeitos na fila. Mas, mesmo que de forma inconsciente, ao deslocar sua cama para aquela fila, provocou sua inclusão na cena, criando nela uma fissura.

Pensando na cama de casal enquanto símbolo do morar, a inclusão desse sujeito na cena aparece como um ruído de uma narrativa e uma narrativa que contesta o pensar-fazer vigente do urbano na atualidade, que não tem o direito de fazer, ser e dizer. Um corpo que carece de inscrição simbólica na cidade e só vai se tornar discurso quando puder se inscrever. O movimento de passar a existir não é uma negociação, é uma inclusão violenta, segundo o pensamento de Rancière (2018), um ato político. É desse modo que a cena se inscreve, como uma reivindicação por um direito à moradia de um sujeito que está à margem da produção urbana modulada pelo capital. “A política não é feita de relações de poder, é feita de relações de mundos.” (Jacques Rancière, 2018, p. 54.).

Mas as questões aqui implicadas não são somente as do direito à propriedade. Há um tema mais profundo que se abre, o do direito e acesso à cidade. Esse direito se afirma no campo político como um apelo, como uma exigência (LEFEBVRE, 2008), na medida em que coloca em discussão entre os cidadãos sua própria capacidade de gerir e viver no espaço comum. Naquele momento, a pessoa em situação de rua não solicitou a permissão para ninguém, e conseguiu de outra forma romper a fronteira entre o excluído e o incluído. Montou naquela calçada um espetáculo fora de lugar, iniciando um processo de subjetivação no qual passou a ser evidenciado.

Diante da cena ocorreu a estranheza do olhar, o saber ver foi desafiado e tomado pelo que via (DIDI-HUBERMAN, 2010). A manifestação atrapalhou o trânsito da rua para ser escutada, ocupando a cidade de modo discordante. Ela incomodou o olhar por levar para espaço público entulhos formados por cama, cobertores e garrafas que transmitem para além da precariedade a falta de um lugar de proteção e de uma experiência íntima e privada. Uma perturbação do campo simbólico que provocou uma estranheza capaz de interpelar as formas como se dão as determinações dos modos de sentir e existir no espaço urbano.

O conhecimento do arquiteto e urbanista serve para planejar e desenhar a cidade regular. Uma cidade ordenada, eficiente e “justa” cabe dentro dos registros cartoriais, ela é afinada

aos interesses hegemônicos de um mundo gerido pelo capital. Mas como o conhecimento é comprometido frente a este corpo estranho? O saber se choca por ser limitado e possuir uma falha em sua racionalidade objetivante do fenômeno urbano. Capacitado para atender aos desejos e modos de vida daquelas pessoas que aguardam na fila para dar continuidade à burocracia da vida capitalista. Mas aquilo que não cabe na lógica da produção da cidade tradicional, fica do lado de fora, e neste caso, incomodamente de forma silenciosa, parada diante dos olhares. A desigualdade e a exclusão de uma parte da sociedade ficaram visíveis na imagem, corporificadas por uma performance da vida cotidiana que habita, o tempo todo, as frestas da cidade normativa fundada na modernidade.

Olhando a fotografia não se encontra um corpo físico, mas sua alteridade e dessemelhança estão presentes como um espectro que deve escutar, entra-se em uma *phantasia*², numa operação imaginativa em que o corpo invisível aparece em visualidade. Essa aparição faz com que a separação entre o espaço público e o privado fiquem borrados, em sua margem a intimidade desvelada por uma cama de casal, sem paredes para esconder, é um escândalo das práticas de vida de uma sociedade burguesa neoliberal. Não só pelo simbolismo e pelos tabus envolvidos no lazer e no prazer que este objeto possui, mas pela falta de igualdade, a falta de um mínimo que permitiria um cidadão ter direito e acesso a estes confortos e necessidades básicas. Neste sentido o corpo espectral que se apresentou é um fragmento dilacerado, um resto que é dissemelhante da “realidade homogênea” de uma sociedade proposta como democrática e justa. (DIDI-HUBERMAN, 2015).

Além da fantasia do corpo existiu também a fantasia do pelourinho. A malha xadrez da cidade de Pelotas, seu pelourinho no centro da praça, sua demarcação e seu planejamento foram produtos desta racionalidade colonizadora, suas violências e exclusão do ser não civilizado (do selvagem, do escravo, do marginal) estão presentes ainda hoje em suas ruas, mesmo que de forma oculta. Atualmente, os cidadãos não são mais convidados a observar os espetáculos de tortura, em seu lugar podem desfrutar da bela paisagem que o chafariz Fonte das Nereidas propicia. À noite, quando estes cidadãos retornam para suas propriedades, observa-se o movimento contínuo de pessoas em situação de rua que se acomodam ao redor da praça, mas não podem dormir em seus bancos e nem próximo ao chafariz. A vigilância da guarda municipal fica encarregada de manter a ordem e impedir a depredação do patrimônio público. Mesmo que o elemento símbolo do castigo no regime escravocrata tenha sido apagado, a violência e a exclusão se atualizaram e ainda se fazem presentes naquela cena urbana.

Mesmo no cenário trágico da pandemia da COVID 19, acima de tudo, a cidade, conhecida como “a Princesa do Sul”,³ continuou suas dinâmicas de crescimento econômico, sua população seguiu produzindo e consumindo, sendo proprietária de seus espaços. Mas abaixo

² Segundo Didi-Huberman (2015), a *Phantasia* é a faculdade de produzir aparições visuais, uma imaginação capaz de representar até o que não foi visto, o figurando na forma de uma aparição.

³ No brasão da cidade está gravada esta alcunha. A cidade de Pelotas ao longo de sua história e pelo acúmulo de riquezas gerada no período charqueador, principalmente, buscou ser uma referência cultural no Estado, e por meio de reformas urbanas e estilísticas de seus edifícios buscava reproduzir a paisagem das cidades europeias. Um imaginário urbano que ainda hoje é desejado e explorado como um potencial turístico.

de tudo, existe o lampejo que insiste, sobrevive, resiste, são pessoas com suas camas, sacos, papelões e roupas, em diferentes pontos das cidades que instauram pequenos confortos frente ao difícil cotidiano de quem enfrenta a fragilidade do viver nas ruas. Como na colocação de Didi-Huberman (2020, p.14): “qual poderá ser o significado, nestas circunstâncias, do verbo resistir? Revoltar-se?”

Pensando com Leonor Arfuch (2018) a narrativa compreende todos os registros significantes e não só a palavra, compreende o corpo, os gestos, não apenas o que é dito, mas como é dito e tudo que está implicado nesse dizer. A imagem da cama e os espectros do corpo que insiste em uma existência dilacerada da ordem urbana formal, opera um deslocamento dessa ordem na direção da experiência como inscrição e vestígio que interroga quem olha, e sobretudo interpela urbanistas e planejadores a respeito de um espaço ético, que segundo a autora, vem a ser o norte de uma investigação a partir de uma lógica narrativa.

4. PERFORMANCE E A POLÍTICA DO CORPO

O relato acima nos traz a leitura da cena descrita a partir de um olhar político. No entanto, é possível também entendermos o registro, a partir da imagem, como perpassado pela noção de arte. A política e a arte são frequentemente objetos sobrepostos nas narrativas sociais e que interferem na leitura e na produção do espaço social, sendo que tal arranjo não é diferente na reprodução material da cidade.

A produção da cidade e de suas relações, podem ser compreendidas como uma produção de seres humanos por seres humanos, onde é possível associá-la mais como obra de arte do que como simples produto material (LEFEBVRE, 2008). Enquanto seres, assim como temos necessidade de ouvir, tocar, degustar, necessitamos reunir essas percepções em uma atividade criadora, de obra, não apenas de produtos e de bens consumíveis, mas de informação e de simbolismo, sendo através dessas necessidades específicas que vive o desejo fundamental da atividade artística e do conhecimento (LEFEBVRE, 2008). O ser é definido pelos seus efeitos, pela operação de tornar-se real, de dar-se uma efetividade, e a arte o meio pelo qual aquele que chamamos artista, mantém-se em constante relação com a prática, construindo a sua vida como uma criação de vida, (PELBART, 2019), como uma performance.

No âmbito da performance do corpo, este se expressa não apenas através da linguagem discursiva, mas também através da própria persistência do corpo na sua exposição, que se faz precisamente por meio de uma performatividade específica do mesmo, onde tanto a ação quanto o gesto significam e falam como expressão política (BUTLER, 2018). O corpo é um lugar político que atua como mediador das relações sociais e culturais vivenciadas, estando não apenas ligado ao privado, ou ao ser individual, mas também integralmente ligado ao lugar, ao local, à coletividade (VARGAS, 2006). Quando corpos reivindicam um certo espaço como espaço público, o caráter corpóreo desse questionamento opera tanto na contestação de sua

condição precária, como tornando essa mesma condição em sua fonte estimulante. Se exerce o direito performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto de condições econômicas, sociais e políticas. Desse modo que a ação plural e pública é o exercício do direito de se fazer visível e de se ter direitos, é o meio pelo qual o espaço de aparecimento é pressuposto e constituído. (BUTLER, 2018). E se a política se ocupa do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, existe, portanto, na base política, uma estética (RANCIÈRE, 2005).

A estética intervém na percepção e nas suas relações com maneiras de ser e formas de visibilidade. Vinculada ao fazer artístico, ela embaralha a partilha das identidades, atividades e espaço, comprometendo-se com um regime de política de indeterminação das identidades, de deslegitimação das posições da palavra e de desregulação das partilhas de espaço e tempo (RANCIÈRE, 2005). A política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o se faz e o que se pode fazer. De maneira que os enunciados políticos ou estéticos fazem efeito no real, definem modelos de palavra, de ação e de intensidade do sensível (RANCIÈRE, 2005). A dimensão enunciativa é então pensada como instancia conflitiva (ARFUCH, 2018), uma tomada da palavra necessariamente dialógica que implica a relação entre um eu e um outro, uma intersubjetividade que desafia a hermenêutica, que reconhece que há relações de poder implicadas entre as partes – plano político – e convoca uma capacidade de dar resposta e se responsabilizar com e pelo outro – plano ético.

Nessa insistência da existência, o papel da estética possui uma dimensão política, pois é nos corpos, gestos e desejos que se encarna a política. Os vaga-lumes de Didi-Huberman (2014) metaforizam a humanidade reduzida à sua mais simples potência, enviando sinais em meio à escuridão. Na noite profunda e escura, a luz do vaga-lume é visível, só se apaga frente à claridade ofuscante dos projetores. O excesso de luz varre todo o campo eliminando as condições de visibilidade dos vaga-lumes – esses habitantes das metrópoles que são os pobres, as travestis, as prostitutas, os imigrantes, as pessoas em situação de rua, seres que vivem entre a sombra das cidades e a luz do poder, habitam entre a zona do limbo social e o holofote da polícia (PELBART, 2019).

A dinâmica dos vaga-lumes apresenta as subjetividades a céu aberto, por vezes literalmente vivendo ou trabalhando na rua, produzindo ali não apenas seu sustento, mas seu território existencial, afetivo, seu mundo de signos. A dança dos vaga-lumes é uma dança do desejo formando comunidade, e o traço de luz intermitente nos vaga-lumes é um sinal disso. Mas não basta que reivindicuem, fabriquem no presente de suas vidas, não se trata apenas da palavra. É preciso incluir todos os gestos, as tensões, as fantasias, os clichês, os paramentos que são componentes indissociáveis dessas existências e dos territórios que constroem (PELBART, 2019).

É preciso narrar-com essas corporalidades urbanas dissidentes, novamente convocando PELBART (2019), não apenas visibilizar essas existências, mas desde o lugar de urbanistas e planejadores, instaurá-las com mais força e intensidade no pensar-fazer cidade. Pensar a narratividade desse cotidiano à margem da produção urbana neoliberal aliada à performatividade que insiste em existir apesar de tudo, acolhendo o modo com os afetos modelam corpos e estes modelam a cidade enquanto conflituosidade permanente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de espaço e de cidade perpassa a performatividade dos corpos políticos na medida em que existam condições de aparecimento dos corpos e que estes tomem parte da mesma, produzindo um acontecimento capaz de criar fissuras no status normativo da cidade e produzindo um outro argumento da experiência urbana. Esses argumentos estruturam narrativas capazes de fazer frente ao discurso dominante do capital, como um contraponto à paisagem dominante de uma elite financeira. Eles interrompem um regime de autorização discursiva, incorporando nos debates territoriais as narrativas constituidoras desses apagamentos e invisibilidades, criando um contraponto ao pensamento capitalista e neoliberal. Por isso, é preciso reconhecer a importância da construção do conhecimento através da experiência, da narrativa, das corporeidades múltiplas e dos testemunhos (REYES; CARON; CIDADE; 2020). É preciso descolonizar o olhar do urbanismo, é preciso ir além do registro, além do ideal de propriedade e se aventurar em outras cosmovisões de mundo para poder pensar em outras formas de cidades possíveis.

Visibilizar as narrativas menores de corpos, vozes e territorialidades que contêm em si outros modos de existir e persistir, abre caminho para imaginar e criar novas táticas e estratégias que evidenciam e atuam contra o mecanismo necropolítico da colonialidade estruturante da urbanidade contemporânea. A cidade é o campo das subjetividades, as quais podem ser exploradas através de um conjunto de imagens que se articulam ou se rasgam por suas tensões éticas e políticas, sendo ela campo de disputa discursiva (REYES; CARON; CIDADE; 2020). E se acreditamos que todos os sujeitos merecem igual espaço de visibilidade e reconhecimento, presumimos que todos os sujeitos são igualmente reconhecíveis. No entanto, o campo altamente regulado da aparência não admite a todos, e para aqueles apagados ou rebaixados pela norma que se espera que incorporem, a luta se torna uma batalha corpórea por condição de reconhecimento, uma insistência pública em existir e ter importância (BUTLER, 2018).

A cena urbana relatada neste ensaio foi formada por um conflito que evidenciou e deu visibilidade a um sujeito que antes não tinha voz. Ela permite pensar como estes sujeitos podem estabelecer, por suas práticas cotidianas, pequenos atos políticos. Ficcionando a partir deles é possível repensar os processos de escuta e partilha com o outro. Além disso, ao narrar esta cena refletiu-se sobre uma obstrução que dificulta a lógica capitalista que objetiva os espaços como consumo e não como espaços de reflexão e pensamento sobre os

conflitos da cidade. O que fica comprometido é a própria lógica neoliberal que impera no planejamento e ordenação das cidades - sua eficiência, sua capacidade de ser justa, humana e racional - e não apenas aqueles dois metros de calçada.

Por fim, compreender a rua como um laboratório potente de criação é o primeiro passo para se atravessar outros modos de existência, e para tanto, é necessário a atenção à performance, o fazer visibilidade e o direito do corpo. Mas além disso, é preciso escutar e relatar outras narrativas da cidade, iluminar outros olhares, convocando um tipo de produção do conhecimento que opere a partir da experiência e da condição de possibilidade da sua transmissão. É necessário que se crie fissuras nos estigmas e que se rasguem os projetos de cidade que apagam, regulam e objetificam corpos marginalizados, para que possamos enfim abrir espaço para as utopias de cidades plurais, utopias de cidade-obra criadas por e com corpos dissidentes.

Referências:

ARFUCH, Leonor. **La vida narrada. Memoria, subjetividad y política.** Buenos Aires: Poliedros – Zona de Crítica, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas.** 1ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2018.

CARON, D. et al. **Narrativas à margem: deslocar epistemes para uma metodologia do comum.** VIRUS, São Carlos, n. 20, 2020.

CARON et al. Visibilizar as Narrativas de Rua: a dimensão pública da paisagem de Porto Alegre em questão. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. Anais XVIII ENANPUR 2019. Natal: EDUFRN, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1996.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A semelhança informe: ou o gaio saber visual segundo Georges Bataille.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

_____. **Imagens apesar de tudo.** São Paulo: Editora 34, 2020.

_____. **O que vemos, o que nos olha.** São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **Sobrevivência dos Vaga-Lumes.** 1 reimp. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2014.

_____. **Quando as imagens tomam posição: o olho da história, I.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888).** Pelotas: Ed. UFPel, 2004.

JUNIOR, Gilson Santiago Macedo. *Direito à Cidade: Vivências e Olhares de Identidade de Gênero e Diversidade Afetiva & Sexual - Cap. Por uma Cartografia da Cidade Armário*. Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. ISBN 978-85-68957-07-3. São Paulo, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

PELBART, P. **Ensaio do Assombro**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

RAMOS, Diana Helene. “PRETA, POBRE E PUTA: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga”. Tese - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 2018.

_____. **As margens da ficção**. Lisboa: KKYM, 2019.

_____. **A Partilha do Sensível: Estética e Política**. 1 ed. Editora 34. São Paulo, 2005.

REYES, P., CARON, D., CIDADE, D. Narrar por projetos. In: Jacques, P. B.; Pereira, M. S.; Cerasoli, J. F. **Nebulosas do pensamento urbanístico. Modos de narrar. Tomo III**. Salvador: EDUFBA, 2020.

VARGAS, Virginia. “Las miradas y estrategias políticas feministas en el nuevo milenio: una perspectiva desde América Latina” - OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 20. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Argentina, 2006